

# Economie Brasil O aperto do pacote será limitado

30 OUT 1985

GAZETA MERCANTIL

por Celso Pinto  
de São Paulo

O desenho do ajuste econômico para o próximo ano só estará pronto em cerca de três semanas, com a conclusão do "pacote" de medidas em gestação. Já se sabe, contudo, que o aperto será limitado, o que torna muito remota a hipótese de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, disse ontem a este jornal que dificilmente o déficit público operacional de 1986 ficaria muito abaixo do que é esperado para este ano, ou seja, cerca de 2% do Produto Interno Bruto (PIB). Para contê-lo em 1% do PIB, um número que a própria Fazenda utilizava há algumas semanas, o sacrifício, segundo o ministro, seria muito grande.

Isto abre um fosso entre a posição brasileira e a do FMI. Basta lembrar que o Fundo começou a discussão sobre 1986 falando não de déficit, mas de um superávit operacional de 4% do PIB. A meta para o setor público é um ponto central para o Fundo, uma espécie de balizador para a montagem da política fiscal e monetária.

Funaro continua afir-

mando que haverá acerto, se o Fundo aceitar os termos brasileiros e concordar em diluir o aperto "em dois ou três anos". Na prática, o ministro encara com tranquilidade a hipótese de não fechar negócio com o FMI. Certamente sem o Fundo não seria possível montar um acordo multilateral com os bancos, mas Funaro diz estar seguro de que obteria prorrogação do acordo para manutenção das linhas de curto prazo (cerca de US\$ 16 bilhões), que vencem em janeiro.

Aliás, os bancos internacionais estão preparados para este cenário. O presidente de um grande banco brasileiro, que manteve contato recente com vários dirigentes de bancos internacionais, constatou um profundo ceticismo sobre a possibilidade de acordo do Brasil com o FMI.

(Continua na página 5)

O Brasil poderá fechar um acordo de curto prazo com os bancos credores, para vigorar por apenas um ano. Segundo o presidente do BC, Fernão Bracher, este acordo será uma alternativa, caso o Brasil não firme um acordo plurianual da dívida externa que vence de 1985 a 1991.

(Ver página 16)

POLÍTICA ECONÔMICA

Econ. Brasil

GAZETA MERCANTIL

# O aperto do pacote será...

30 OUT 1985

por Celso Pinto  
de São Paulo  
(Continuação da 1ª página)

Os bancos preparam-se para discutir a prorrogação do acordo em janeiro. Certamente pressionarão para fazê-lo por prazos curtos, no máximo noventa dias, segundo este banqueiro, enquanto o Brasil tentará conseguir prazos maiores.

O governo brasileiro sabe que é difícil conter o déficit público, mas não desistiu de tentar derrubar a inflação. E não desistiu de tentar fazê-lo também pela via mais complicada: a de um pacto social.

Funaro explica diversas conversas recentes suas com dirigentes sindicais de todas as tendências, dentro desta moldura mais ampla da busca de soluções a longo prazo. "Eu não estou interessado em tentar evitar a greve do mês que vem ou em barganhar trimestralidade, mas em discutir alternativas de política econômica, que envolvem a co-responsabilidade de todos", diz o ministro.

Esta costura, que exige paciência e abertura ao diálogo, não tem prazos nem formato estreito. "Pactos não se fazem, eles brotam", define Funaro.

O que ele supõe é uma convergência, no futuro, em torno de propostas básicas para a economia, especialmente para derrubar, com vigor, a inflação. O sucesso depende da convicção de todos. A forma pode ser um pacto tripartite (governo, empresários, trabalhadores), como em Israel, envolvendo controles temporários sobre preços e salários, ou algo parecido. Funaro não tem em mente, necessariamente, o modelo argentino, mas quer alguma coisa igualmente eficaz.

O ministro acredita que o fator psicológico é muito importante, e lembra o exemplo dos juros. Na primeira reunião com os banqueiros, Funaro surpreendeu-se ao insistir em que queria trazer as taxas de juros para 16% porque considerava este número tão bom quanto os 21% então vigentes. Os juros, de fato, acabaram caindo para 16% e hoje o mercado considera o novo patamar razoável e realista. "Por que a inflação tem de ser de 9% ao mês e não de 7 ou de 3%?", pergunta.

Esta amarração, mais política e de médio prazo, não exclui o "pacote" de acordo fiscal para 1986. Funaro confirma suas linhas gerais. Para o Imposto de Renda das pessoas físicas, a intenção é aproximar o sistema ao de bases corren-

aquisitivo, mas alinha alguns fatores circunstanciais como potenciadores deste processo. O congelamento temporário dos preços públicos, o irrealismo no reajuste das prestações do BNH e o estímulo ao consumo provocado pela fórmula anterior da correção monetária são alguns exemplos citados por Funaro.

A situação da indústria, em muitos casos ainda com capacidade ociosa, tem permitido atender a esta demanda sem maiores pressões. De outro lado, a redução dos juros, associada ao estímulo da demanda, permitiu que o comércio, pela primeira vez em muitos meses, recompusse seus estoques, elevando mais do que proporcionalmente suas compras nas indústrias.

Esta nova situação, na análise de Funaro, até connaît alguns elementos novos que ajudam a amortecer efeitos inflacionários, como é o caso da existência de estoques. Como ele acredita que o aumento futuro da demanda não se dará "por ondas sucessivas" — ou seja, deverá ser suave e não através de choques bruscos —, não teme por um descontrole nos preços. Se sua análise estiver correta, argumenta o ministro, então o problema de 1986 não será refrear um supercrescimento mas viabilizar a taxa mínima esperada de 5% pela retomada dos investimentos privados, e não mais apenas pela demanda.

Do lado agrícola, as fichas do ministro concentram-se numa política mais ágil de abasteci-

mento. E o que ele está fazendo com o milho, vendendo estoques oficiais até que considere refreada a onda altista, que classifica de especulativa e sustentada por poderosos interesses econômicos. Produtos que poderão sofrer escassez serão rapidamente importados.

Em grande medida, esta agilidade não acontecia ante a natural resistência e desconfiança do setor agrícola — normalmente endossadas pelo Ministério da Agricultura —, com providências como venda de estoques e importações. Esta desconfiança, assegura Funaro, foi superada com o compromisso da Fazenda de que não utilizará estas armas para derrubar a inflação, mas apenas para conter a especulação. Por enquanto, tem dado certo.

tes, isto é, onde os contribuintes vão recolhendo o imposto devido ao longo do ano, dentro de uma alíquota "justa" e fixa, que evite acertos no fim do ano.

Naturalmente, será preciso rever as alíquotas e encontrar formas adequadas de implantar o sistema de bases correntes num país com inflação de 200%, o que não é fácil. O objetivo do sistema é torná-lo mais justo, evitar a escalada de devoluções provocada pelo esquema atual e, na margem, aumentar a arrecadação apertando as faixas mais ricas.

Para as pessoas jurídicas, o princípio básico será o da declaração semestral. Será feito, contudo, um exame da situação setor a setor antes de alterar-se o sistema.

O conjunto de medidas, que inclui ainda cortes de despesas e vendas de estatais, envolverá projetos de lei que dependerão do Congresso, medidas que precisarão da aprovação do Conselho Monetário Nacional e alterações que serão feitas por simples normas internas da Fazenda. Funaro calcula que tudo isso estará pronto em três semanas.

No horizonte de curto prazo, o ministro está, basicamente, otimista em relação à inflação. Ao contrário do que pensam alguns economistas e empresários, ele não teme uma explosão de crescimento económico de caráter inflacionário, provocada por pressões de demanda via aumentos reais de salários.

Ele reconhece que o crescimento vigoroso deste ano tem sido empurrado via demanda e aumento do poder